



# PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 2743, DE 8 DE ABRIL DE 1981

Dá a denominação de "Dr. Pedro de Magalhães Padilha" ao Museu da Imagem e do Som, no Município de São Paulo

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA E EU, JANUARIO MANTELLI NETO, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Dr. Pedro de Magalhães Padilha" o Museu da Imagem e do Som, no Município de São Paulo.  
Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de abril de 1981.

n) JANUARIO MANTELLI NETO, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de abril de 1981.

n) Carlos Maurer, Diretor Geral

## DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

18.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 30 DE MARÇO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados: Abraham Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Resk — Rubens Lara — Maurício Najar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edison Real — Edison Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emílio Justo — Evandro Mesquita — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatiro Shimamoto — Hélio César Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Ávila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Arçimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Maximo — Luiz Carlos Santos — Sergio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — M. A. Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Nodeci Nogueira — Oscar Yashek — Osmar Ribeiro Fonseca — Osvaldo Doretto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodósina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simionato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares — e Walter Mendes e licenciado o Sr. Mário Ladeia.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

### EMENTÁRIO DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Pres. Januário Mantelli Neto — Abre a sessão. Comunica a visita do Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e de seus assessores.
- 2 — Vicente Botta — Assume a Presidência.
- 3 — Fernando Moraes — Comenta edital do jornal "Folha de S. Paulo" intitulado "Futilidade nuclear".
- 4 — Walter Auada — Assume a Presidência.
- 5 — Jihei Noda — Retira pronunciamiento anterior em que reclama maior policiamento na confluência das Ruas São Joaquim e Galvão Bueno.
- 6 — Goro Hama — Reivindica o retorno da concessão de auxílio de insalubridade para os funcionários públicos que desempenham funções prejudiciais à saúde.
- 7 — Osmar Ribeiro Fonseca — Verbera contra a possível prorrogação de mandatos.
- 8 — Reginaldo Valadão — Crítica a política do Governador Paulo Salim Maluf e sua intenção de conseguir a prorrogação de mandatos.
- 9 — Marcelino Romano Machado — Manifesta-se contrário à tese de prorrogação e rechaça as alegações de que o Governador Paulo Maluf é favorável a ela.
- 10 — Eduardo Matarazzo Suplicy — Desafia o Governador Paulo Salim Maluf a declarar ser contra a prorrogação de mandatos. Comunica visita que fez, em companhia da Presidente do Sindicato de Atores de Teatro, ao Secretário da Cultura, para tratar da sessão do Teatro Sérgio Cardoso.

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto, Vicente Botta e Walter Auada  
SECRETÁRIO, Sr. Vicente Botta

- 11 — Walter Lemes Soares — Tece críticas a declarações feitas pelo Senador Franco Montoro sobre a posição do Governador Paulo Maluf frente à tese da prorrogação de mandatos. Encaminha requerimento solicitando voto de congratulações com a população de Tatui pelo 47.º aniversário da escola "Dr. Carlos de Campos".
- 12 — Luiz Máximo — Refuta as palavras do Dep. Walter Lemes Soares quando se referiu ao Senador Franco Montoro e protesta contra a manobra política que visa à prorrogação de mandatos.
- 13 — Flávio F. C. Bierrenbach — Responde ao Dep. Walter Lemes Soares e considera válidas as declarações do Senador Franco Montoro, pelo menos até o Governador Paulo Maluf, de público, desmentir seu interesse na prorrogação de mandatos.

#### GRANDE EXPEDIENTE

- 14 — Silveira Sampaio — Faz referência à prorrogação de mandatos, mas declara acreditar ser a tese esposada pelas esferas federais. Aborda dois problemas de Santo André: um referente a falhas e irregularidades existentes na sua Previdência Social, e outro ligado à Secretaria de Educação, que transferiu do município a sua Divisão Regional de Ensino.
- 15 — Marcos Aurélio Ribeiro — Pelo artigo 83, dá conhecimento de atentado contra a sede do PT.
- 16 — Presidente Walter Auada — Anuncia a presença e presta homenagens ao Bispo de Mogi das Cruzes.
- 17 — José Storópoli — Aborda os problemas e as causas da falta de segurança no país, mais especificamente em São Paulo.
- 18 — Presidente Walter Auada — Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 31-03, à hora regimental. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Esta Presidência tem a satisfação de comunicar ao Plenário a visita a esta Casa do Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Dr. José Papa Júnior, que se faz acompanhar dos seus Assessores. (Palmas.)  
Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Moraes.

— Assume a Presidência o Sr. Vicente Botta.

O SR. FERNANDO MORAIS (PMDB) — Sr. Presidente, nobres Deputados Reginaldo Valadão e Goro Hama, o jornal "Folha de S. Paulo" de hoje publica, em sua página 2, edital intitulado "Futilidade Nuclear", através do qual analisa e critica a intenção anunciada, na semana passada, pelo Sr. Governador do Estado, Paulo Maluf, de consultar a comunidade científica a respeito da instalação das centrais nucleares no litoral paulista. O editorial, cuja íntegra solicitaria ao Sr. Presidente que faça transcrever nos Anais desta Casa, relaciona nada menos do que seis itens, que comprovam o caráter fútil, como o próprio jornal assinado, da proposta do Sr. Governador. Lei o parágrafo a que me refiro:

"Há, entretanto, razões para que a opinião pública venha a se convencer de que essa iniciativa não vá muito além de um fútil exercício acadêmico.

Primeiramente porque as decisões quanto à localização e instalação já foram tomadas. Em segundo lugar porque a tecnologia adotada ficou determinada a partir da assinatura do acordo. Em terceiro porque, de acordo com a legislação nacional, as questões referentes à segurança são administradas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão do governo federal. Em quarto porque as obras civis são comandadas pela Nucon, subsidiária da Nuclebrás, que, por força do decreto, detém o monopólio no setor.

Em quinto, porque a confiabilidade dos equipamentos é supervisionada pelo Instituto de Qualidade Nuclear. Em sexto, porque o meio ambiente é zelado pela Secretaria Especial pertinente.

O Sr. Governador do Estado, evidentemente, pretende com essa intenção, ma-

nifestada na semana passada, apenas e tão somente fazer demagogia. Depois que o pacote atômico já está assinado, já está sacramentado, sem nenhuma participação da população, da comunidade científica, acadêmica e sem a participação do Poder Legislativo, seja federal, seja estadual, o Sr. Governador vem pretender o direito de submeter essa questão à comunidade científica!

A verdade é que até o Sr. Governador do Estado foi obrigado a engolir o pacote atômico dessas duas usinas no Estado de São Paulo, em troca da transferência para o controle do Governo do Estado de São Paulo da antiga Light, que passou a se chamar, agora, Eletropaulo.

Além disso, além de ser uma decisão estritamente, exclusivamente demagógica, revela, também, mais uma vez, o desrespeito do Sr. Paulo Salim Maluf pelos outros poderes que compõem o sistema brasileiro. Eu me refiro especificamente ao Poder Judiciário. O Sr. Governador do Estado não deve ignorar que corre na Justiça Federal de São Paulo uma ação popular — movida por este Deputado contra a pessoa do General João Batista de Oliveira Figueiredo, arguindo a inconstitucionalidade do decreto que desapropriou a área no litoral de São Paulo para instalação das duas usinas, levantando o caráter lesivo à população de São Paulo da instalação das duas usinas.

A ação popular referida foi acolhida pela Justiça Federal e a Juíza titular da 4.ª Vara da Justiça Federal de São Paulo já citou o General João Batista de Oliveira Figueiredo como réu da ação.

Como protesto contra mais esse ato demagógico do Sr. Governador do Estado de S. Paulo, passo a ler o editorial do jornal "Folha de São Paulo", publicado no dia de hoje, que tem por título "Futilidade Nuclear".

"O Governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, anunciou sua intenção de consultar a comunidade científica a respeito da central nuclear a ser construída em Peruíbe e que deverá constar de dois reatores com 1.300 kW de potência cada um. Há, entretanto, razões para que a opinião pública venha a se convencer de que essa iniciativa não vá muito além de um fútil exercício acadêmico.

Primeiramente porque as decisões quanto à localização e instalação já foram tomadas. Em segundo lugar porque a tecnologia adotada ficou determinada a partir da assinatura do acordo. Em terceiro porque, de acordo com a legislação nacional, as questões referentes à segurança são administradas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão do governo federal. Em quarto porque as obras civis são comandadas pela Nucon, subsidiária da Nuclebrás, que por força de decreto detém o monopólio no setor. Em quinto porque a confiabilidade dos equipamentos é supervisionada pelo Instituto de Qualidade Nuclear. Em sexto porque o meio ambiente é zelado pela Secretaria Especial pertinente.

Com o governo estadual fica portanto apenas a responsabilidade de fornecer recursos financeiros.

Por outro lado a comunidade científica já tornou pública a sua opinião através de manifestações de várias naturezas, incluindo-se publicações técnicas endossadas por diversas associações nacionais.

Não obstante a contínua indiferença, por parte do governo às inúmeras manifestações da comunidade científica, permanece a possibilidade de um diálogo objetivo. A condição necessária, entretanto, para que esse entendimento possa ocorrer é que a participação dos cientistas se faça de forma institucionalizada, através do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas estaduais, sem o que não haveria credibilidade suficiente para justificar o empenho dos pesquisadores. Seria ainda imprescindível que o governo tornasse explícitas as áreas em que as discussões pudessem produzir resultados concretos.

Sem essas precondições muito provavelmente a comunidade científica, exausta com a arrogância e a impermeabilidade do processo decisório no setor de energia nuclear, se esquivará de mais um frívolo passeio retórico.

— Assume a Presidência o Sr. Walter Auada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado José Bustamante. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Almir Pazzianotto Pinto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Flávio Fortes da Cunha Bierrenbach. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Francis-

co Dias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jihei Noda.

O SR. JIHEI NODA (PDS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos mais uma vez a esta tribuna para reclamar do policiamento junto à Rua São Joaquim com a Rua Galvão Bueno.

Ainda ontem tivemos mais um "show" caritativo, em que, somente no período da manhã, tivemos cinco vítimas de "tombadinhãs". Dissemos que no domingo retratado também tivemos, até o momento em que lá estivemos, cinco assaltos, em que pessoas tiveram suas calças rasgadas; outros tiveram bolsos arrancados pelos "tombadinhãs".

No entanto, até hoje parece que a Secretaria da Segurança Pública não tomou nenhuma providência. Uma vez ou outra aparece uma viatura, quando reclamam sua presença, mas que também não fica mais do que alguns minutos; some, e fica por isso. Sabemos que na vizinhança, em travessas da Rua Galvão Bueno, existem pequenas vilas e ruas semi saídas, que abrigam esses "tombadinhãs". No entanto, não há batidas naqueles locais; esses indivíduos, esses malfeitores, vivem ali sem ser incomodados porque basta que uma viatura saia de lá para que eles recomecem sua atividade nefasta.

Os moradores, particularmente a Associação dos Lojistas do Bairro, mandaram instalar várias cabines de plástico, para ali permanecer um policial. Mas aos sábados e domingos — geralmente — não há ninguém; quando há, ele diz: "Como é que eu vou correr atrás do homem se ele corre mais do que eu?" isso não é resposta porque, no final das contas, ele é pago pelo poder público; ele recebe do dinheiro que o povo paga para manter a ordem. Então, dizer: "Como é que eu vou atrás do trombadinha se ele corre mais do que eu?" acho que é uma resposta que não satisfaz a ninguém. É preciso que o Sr. Secretário da Segurança Pública tome providências mais energéticas para acabar com isso, porque não foi a Secretaria da Segurança Pública que pagou as várias cabines ao longo da rua Galvão Bueno, que não têm utilidade, uma vez que o policial que entra ali não dispõe de telefone, de luz, de aparelhos de comunicação. Então para que serve? É preciso que o Sr. Secretário da Segurança Pública dê a segurança necessária àqueles que pagam, aqueles que sustentam a máquina administrativa, particularmente a Secretaria da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Emílio Justo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ivan Espindola de Ávila. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Hélio César Rosas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Goro Hama.

O SR. GORO HAMA (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a classe dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, apesar da sua dedicação e o desempenho ao trabalho e às suas obrigações, na realidade vem perdendo uma série de privilégios que já possuía no passado.

O exemplo mais importante que gostaria de ressaltar neste momento é o fato de, em 1969, quando era governador do Estado o Sr. Abreu Sodré, S. Exa. ter retirado desta classe o adicional de insalubridade de todos aqueles que desempenhavam funções consideradas prejudiciais à saúde.

Esses funcionários, com a promessa de posterior regulamentação desse mesmo auxílio, ficaram, como estão, realmente esperando até hoje, doze anos depois, sem receber esse auxílio insalubridade.

Considerando-se os funcionários da área federal, e mesmo os de outros Estados que já o recebem, não há nenhuma razão do porquê de o Sr. Governador do Estado não regulamentar tal auxílio, que, realmente, é de direito.

Estão enquadradas, para efeito de recebimento entre tantas outras categorias, os funcionários do Instituto «Adolpho Lutz», que diariamente manipulam com diversos materiais que oferecem perigo à sua saúde; os funcionários do Hospital «Emílio Ribas», os funcionários do «Instituto Médico Legal». Certamente, uma vez regulamentado a nível estadual, essa regulamentação também ocorrerá do nível municipal e, dessa forma, os coletores de lixo dos municípios poderão também receber tal auxílio.

Por ser esse adicional insalubridade uma conquista dos trabalhadores do nosso País, por ser um direito daqueles que já trabalhavam sob o regime de funcionalismo estadual, não vemos o porquê de S. Exa. o Sr. Governador não regulamentar a nível dos funcionários, a última mensagem do aumento do funcionalismo público do Estado, enviada por S. Exa. o Sr. Governador, re-